

A GUERRA HÍBRIDA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOBRE XINJIANG NOS ANOS DE 2017 A 2019

Rafael Queiroz Alves ¹

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a recente acusação feita por ONGs e veículos midiáticos ocidentais de que há “campos de concentração” para muçulmanos da etnia uigur na região autônoma de Xinjiang fazendo uma revisão seletiva dos conteúdos dessa afirmação. Para realizar tal tarefa, será adotada a teoria das Guerras Híbridas, que compreende que agitações midiáticas desse tipo são provocadas por atores internacionais conectados com os Estados Unidos para desestabilizar rivais geopolíticos. Nesse sentido, a narrativa chinesa acerca da realidade da região autônoma também é trazida à tona, exposta por porta-vozes do governo da República Popular da China e por veículos midiáticos que apresentam um cenário diferente ao público. Desconstruindo as referidas acusações, as abordagens adotadas trazem na conclusão outra perspectiva acerca da região de Xinjiang.

Palavras-chave: República Popular da China, Guerras Híbridas, Xinjiang

Abstract: The present article aims to analyze the recent accusation made by NGOs and Western media outlets that there are “concentration camps” for Uighur Muslims in the Xinjiang Autonomous Region by conducting a selective review of the contents of this statement. To accomplish this task, the theory of Hybrid Wars will be adopted, which understands that such media unrest is triggered by international actors connected to the United States to destabilize geopolitical rivals. In this sense, the Chinese narrative about the reality of the autonomous region is also brought to the fore, being exposed by spokesmen of the government of the People's Republic of China and media outlets that present a different scenery to the public. Deconstructing these accusations, the approaches adopted bring another perspective on the Xinjiang region.

Keywords: People's Republic of China, Hybrid Wars, Xinjiang

1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo visa aplicar a teoria das “Guerras Híbridas”, formulada no livro homônimo publicado por Andrew Korybko, no caso das *fake news* (uma forma de imprensa marrom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos) que alegam que os Centros de Treinamento contra o Terrorismo (去极端化培训班) e os Centros de Formação em Educação e Transformação (教育转化培训中心), em atividade a partir de 2017, constituem campos de concentração para muçulmanos da etnia uigur na Região Autônoma de Xinjiang, na República Popular da China. No entanto, há questionamentos sobre a veracidade dos conteúdos dessas acusações. Um relatório publicado pela ONG Human Rights Watch, com sede em Nova Iorque, constituiu a gênese da acusação que veio a ser amplamente difundida pelos maiores meios de comunicação do Ocidente. Ainda assim, sem demandas por evidências mais precisas, notícias sobre tal ocorrência continuam a ser publicadas internacionalmente, trazendo também afirmações de que dentro desses campos ocorrem atentados contra os direitos humanos e tentativas de desintegrar a cultura da etnia uigur.

¹ Rafael Queiroz Alves é graduando do terceiro ano do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” em Marília.

Por outro lado, há extensas provas de que os uigures têm proteção ativa do Estado para preservar sua cultura e faltam testemunhas sobre ataques aos direitos humanos do grupo étnico. A grande maioria dos uigures está integrada à China e, especialmente, está satisfeita com recentes aumentos drásticos no padrão de vida e nos salários. Conclusivamente, pode-se declarar que apenas uma pequena porcentagem de extremistas em Xinjiang, que têm laços com o Movimento Islâmico do Turquestão, com o Estado Islâmico e que são financiados por grupos de interesses e aliados estratégicos dos EUA, são fundamentalistas e agitadores do separatismo no local (CAMPBELL, 2016).

Desse modo, este artigo pretende expor dedutivamente a hipótese de que essas acusações fazem parte de uma tentativa de desestabilizar a região periférica do noroeste da Terra do Meio a partir de estímulos a revoltas internas e externas que podem desembocar em uma “revolução colorida”.

O presente trabalho, primeiramente, estabelece as principais formulações teóricas sobre “Guerras Híbridas” passíveis de conexão com o contexto geopolítico da periferia chinesa em verificação. Posteriormente, expõe a contra-narrativa midiática chinesa para trazer à tona respostas às acusações feitas por ONGs e veículos midiáticos do Ocidente que supõem que existam “campos de concentração” para muçulmanos na província de Xinjiang. Por fim, a conclusão trará uma exposição da conexão entre os dois tópicos. Assim, evidenciado o fundamento de tal agitação, esta será classificada como componente de um ataque ocidental realizado indiretamente à China em termos de “Guerras Híbridas”.

2. A TEORIA DAS GUERRAS HÍBRIDAS APLICADA AO CONTEXTO GEOPOLÍTICO DE XINJIANG:

Primeiramente, para aplicar a teoria das Guerras Híbridas ao caso de acusação da existência de campos de concentração em Xinjiang onde os direitos humanos seriam desrespeitados faz-se necessário apresentar a realidade social e econômica da região em questão. Feita a exposição dos atributos geográficos, humanos, políticos e econômicos, será possível identificar os valores econômicos e políticos contidos em Xinjiang. Consequentemente, os fundamentos de uma intervenção externa sobre a região ficam expostos e é a partir do reconhecimento deles que se torna viável a aplicação da teoria das Guerras Híbridas ao caso dos ataques midiáticos à gestão da China continental sobre o local. Os objetivos que os adversários políticos e econômicos da potência em ascensão se revelam de maneira automática ao dar luz ao caso por meio da perspectiva selecionada.

2.1 - O CONTEXTO GEOPOLÍTICO, SOCIAL E HISTÓRICO DE XINJIANG:

Contextualizando a situação de Xinjiang, é necessário disponibilizar os dados geopolíticos da região. Xinjing é uma Região Autônoma da República Popular da China. Dentre as subdivisões do país, se diferenciando do *status* de províncias, Regiões Administrativas Especiais e Cidades Administrativas, Xinjiang é classificada como uma das Regiões Autônomas controladas pela China continental. É a maior região sob posse estatal e dispõe das maiores reservas de petróleo e gás no país, além de contar com alta produtividade agrária. Além disso, sua localização, a noroeste, conecta a China ao Oriente Médio, à Caxemira (controlada pela Índia e pelo Paquistão), à Mongólia e à Rússia. Uma breve análise de Xinjiang indica seu valor em termos de comércio internacional por conta de seu posicionamento estratégico e pelos recursos basilares para potências em industrialização. Também, considerando o megaprojeto chinês, “Um Cinturão, Uma Rota”, em execução para que a superpotência fixe múltiplas rotas comerciais permanentes com uma alta quantidade de países em simultaneidade (de forma inédita na história internacional, podendo representar o grande passo para que a China se torne a maior potência mundial), Xinjiang se mostra como um componente fundamental (LIANG, 2019). Analisando a população local, que é majoritariamente definida pela etnia uigur, que representa cerca de 45% dos habitantes (8.800.000 pessoas), e por outros milhões de

peças pertencentes a outras etnias que, no entanto, também são muçulmanas, conclui-se que aproximadamente 58% da população de Xinjiang pratica o islamismo, segundo dados disponibilizados em um censo de 2010. Entretanto, os outros 42% são compostos principalmente pela etnia han (a etnia predominante na China continental, que representa 92% da população do país).

Historicamente, a região de Xinjiang é controlada pela China desde a Antiguidade. O Império Chinês controlou o local desde a dinastia Han (206 a.C. - 220). O primeiro conflito separatista aconteceu, entretanto, em 1865, durante a Revolta Dungan. Em 1949, com a Revolução Chinesa, Mao Tsé-Tung consolidou a definitiva unidade nacional, impedindo quaisquer possibilidades de separatismos. Desse modo, o extremismo uigur manteve-se latente durante um longo período de estabilidade que só seria encerrado na década de 1980, depois que a China enviou os uigures para apoiar os talibãs no Afeganistão devido à intervenção soviética no país e frações desse grupo étnico retornaram a Xinjiang aderindo ao terrorismo. Mais tarde, ainda, após o fortalecimento do terrorismo transnacional marcado pelos ataques realizados em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a China acompanhou o ritmo de endurecimento do combate ao terrorismo. Posteriormente, no entanto, essa necessidade aumentou. Em julho de 2009 Xinjiang foi palco de uma sucessão de distúrbios causados por grupos terroristas uigures (compostos por milhares de membros) que resultaram em 197 chineses mortos (a maioria da etnia han) e mais de 1.700 feridos, além de terem deixado muitos carros queimados e a infraestrutura regional destruída (CIVILIANS..., 2009).

Frações de radicais fundaram o Movimento Islâmico do Turquestão, representando o maior grupo terrorista da identidade uigur. Simultaneamente, também há conexões entre contingentes locais e o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS), lutando na Síria, no Iraque e em outros países próximos. O Estado Islâmico divulgou um vídeo mostrando treinamento de combatentes uigures no Iraque, prometendo atacar alvos na China (HINCKS, 2017).

Os EUA, nesse contexto, atualmente adotam uma tática de padrões duplos, combatendo determinadas células terroristas que se opõem a governos convenientes aos seus interesses ao mesmo tempo que financiam grupos específicos em atuação contrária a países inconvenientes para suas metas, isto é, os separatistas de Xinjiang, por exemplo. Mesmo assim, os uigures são costumeiramente classificados em noticiários como manifestantes pacíficos, ligações de frações dessa população com o ISIS são omitidas e as causalidades para a elaboração dessas novas políticas públicas dirigidas ao território desse povo são ignoradas, isto é, os distúrbios ocorridos em 2009 são raramente mencionados ou não recebem a devida ênfase. O terrorismo é um conceito político no sentido de que apenas vem à tona quando convém ser usado politicamente por quem atribui o rótulo a seus adversários (PAULA, 2015).

Entretanto, esses grupos, segundo o governo chinês, representam uma minoria da população uigur habitante da região. O governo da China vem investindo em iniciativas para gerar empregos e educar a população para dar oportunidades aos habitantes e levá-los a se afastarem do extremismo muçulmano promovido pelos rivais geopolíticos da Terra do Meio.

Em resumo, pode-se declarar que Xinjiang representa uma região economicamente estratégica para a China desde a Antiguidade, fundamental para as atividades comerciais existentes desde a Rota de Seda, tanto por sua localização como por ser detentora de *commodities* essenciais para uma economia forte e industrializante. E a população local, historicamente, por milhares de anos, mantém-se assimilada à China, apesar de uma minoritária presença de grupos identitários radicais. O terrorismo em Xinjiang se manifesta, hoje, como um problema recente que vem sendo combatido tanto através da força, de fato, como por iniciativas inclusivas que visam o desenvolvimento econômico e social do país como um todo.

2.2 - APLICAÇÃO DA TEORIA DAS GUERRAS HÍBRIDAS AO CASO:

A obra “Guerras Híbridas”, de autoria do jornalista da *Sputnik News*, Andrew Korybko, busca sistematizar a teoria de que há uma estratégia padronizada de tomada de poder por vias indiretas pelos Estados Unidos em países ao redor do mundo para criar governos satélites que os apoiem e mantenham o mundo configurado em uma estrutura unipolar. A tomada de poder seria realizada por vias múltiplas dentro de uma dinâmica complexa de interações entre unidades dos setores privados e públicos internacionais (sua aplicação pode assumir uma variedade de formas) com vistas a fazer a manutenção da hegemonia estadunidense. Em um contexto de emergência de um mundo multipolar no século XXI, os Estados Unidos, buscando manter o *status* anterior da balança de poder no sistema internacional, almejam manter a liderança “por trás dos panos”, travando guerras indiretas contra os pólos de poder emergentes e suas periferias. O maior desses pólos, conforme se pode observar pelos maiores PIBs do mundo e por outros indicadores que levam à mesma conclusão, é formado pela China.

Korybko afirma que a guerra indireta é uma das formas mais eficazes de combater um inimigo por permitir que um oponente derrote o adversário economizando recursos que seriam despendidos em um confronto direto. Ainda, ataques indiretos também deixam o alvo na defensiva e em posição de vulnerabilidade e os impede de empreender tempo e recursos em demais áreas, buscando reparar danos causados ou prevenir novas investidas. E, principalmente, por meio desse tipo de ofensiva, restrições (como alianças, paridade militar, envolvimento em organizações internacionais comuns, regimes internacionais, relações comerciais etc.) são anuladas. Por isso, num mundo fortemente globalizado, a guerra indireta se mostra como um dos meios mais relevantes para desestabilizar adversários.

Embora o autor foque o estudo nos casos da revolução colorida na Ucrânia em 2014 e na tentativa de derrubar o governo de Bashar al-Assad na Síria iniciada em 2011 (que deu palco a uma guerra civil que ainda não acabou), afirma que existem possibilidades de aplicação da mesma estratégia que esteve presente nos casos citados em outros países, pois a opção de travar guerras convencionais se torna cada vez menos atrativa para os tomadores de decisão norte-americanos. A guerra indireta, nos casos citados, foi caracterizada pelo protagonismo de civis “manifestantes” e “insurgentes” opostos ao Estado que organizaram e executaram operações indiretas para troca de regime na Ucrânia e na Síria. Entretanto, no contexto ucraniano os “rebeldes” atingiram seu objetivo, mas na Síria não.

Observando o comportamento dos EUA nas situações citadas, é possível identificar uma estratégia padronizada. Sintetizando a teorização, Korybko (2018) explica:

Esse modelo tem início implantando uma Revolução Colorida como tentativa de golpe brando, que é logo seguida por um golpe rígido, por intermédio de uma Guerra Não Convencional, se o primeiro fracassar. A Guerra Não Convencional é definida neste livro como qualquer tipo de força não convencional (isto é, grupos armados não oficiais) envolvida em um combate largamente assimétrico contra um adversário tradicional. Se consideradas em conjunto em uma dupla abordagem, as Revoluções Coloridas e a Guerra Não Convencional representam os dois componentes que darão origem à teoria da Guerra Híbrida, um novo método de guerra indireta sendo perpetrado pelos EUA. (KORYBKO, 2018: p. 13).

Apresentando o conceito de Abordagem Adaptativa, o autor acrescenta que a localização dos alvos é decisiva para a aplicação ou não das guerras indiretas em um sentido de proporcionalidade direta com a tomada de decisão. Países periféricos às potências emergentes, que ameaçam a unipolaridade liderada pelos Estados Unidos e que erigem um sistema multipolar, são os alvos preferíveis para revoluções coloridas. Por outro lado, países mais periféricos, mais distantes desses núcleos, são passíveis de abordagens diretas de intervenção (a intervenção na Líbia pela OTAN em 2011 é um exemplo). Então, quanto mais

próximos dos núcleos, mais indiretamente os alvos são atacados; e quanto mais distantes de potências emergentes e opositoras à unipolaridade, mais diretas são as abordagens. No contexto de guerras indiretas, as estratégias de intervenção são constituídas por “Revoluções Coloridas” e “Guerras Não Convencionais”.

Aplicando este conceito ao caso da China, não só os países ao seu redor seriam alvos de intervenções indiretas, isto é, promoções e estímulos a Revoluções Coloridas, mas também regiões do país, como Hong Kong, Tibet, Xinjiang e, apesar das controvérsias, Taiwan (que também é considerada como parte da China continental pelo governo chinês). Entretanto, considerando também os países da circunvizinhança da Terra do Meio, a Coreia do Norte, o Vietnã e o Laos, por exemplo, que são aliados do país em questão, também estão vulneráveis a futuras agitações e tentativas de promoção de Revoluções Coloridas ou Guerras Não Convencionais para isolar a potência que constitui o alvo principal dos Estados Unidos.

Korybko cita as elaborações de Alfred Thayer Mahan e Halford Mackinder para estabelecer uma relação necessária entre controle estratégico de áreas do mar e da terra, respectivamente, e o controle e influência sobre outras regiões. Mackinder, contudo, foca na influência do poder terrestre, enfatizando que o controle do Leste Europeu (*Inner Crescent*) seria necessário para comandar o “*Heartland*” (parte da Rússia e da Ásia Central), enquanto o controle desta região seria necessário para comandar a “Ilha-Mundo”. Estendendo o raciocínio, é citado também o Prometeísmo estratégico de Józef Piłsudski, que propôs que a União Soviética poderia ser desestabilizada a partir de sua periferia, que a faria perder controle sobre o Leste Europeu. Em seguida, os conceitos de *Rimland* e *Shatterbelt* de Nicholas Spykman e Saul Cohen, deram continuidade à teoria de Mackinder aumentando a margem territorial necessária para garantir o controle do mundo. E, por fim, a teoria dos Balcãs Eurasiáticos, elaborada por Zbigniew Brzezinski, expandiu mais ainda a ideia de *Rimland* e *Shatterbelt* incluindo as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central e do Cáucaso, também, sendo influenciado por Piłsudski com vistas a enfraquecer a Rússia e fortalecer a hegemonia norte-americana.

Estas referências teóricas da geopolítica do século XX foram instrumentalizadas pelos Estados Unidos por terem influenciado fortemente as grandes estratégias militares do país. A partir de táticas baseadas nessas teorias os EUA foram capazes de desestabilizar a URSS. Na atualidade, as mesmas manobras são reproduzidas através de meios mais sofisticados, mais indiretos, contra os pólos em ascensão protagonizados pela China, como se pode ver pela intensa guerra midiática e comercial que vem sendo travada contra o país. Ainda, o controle da periferia chinesa a noroeste tem valor estratégico compreendido no *Rimland* ou *Shatterbelt*, tendo congruência orgânica com as teorias demonstradas. Korybko reconhece que há aplicabilidade do conceito a outros pólos de poder além do russo, também, devido à tática de isolamento de cada potência, de concorrência por recursos e por controle terrestre e marítimo. O controle da Rota de Seda, por exemplo, também é extremamente valioso e se intersecciona com o controle do *Heartland*, do *Inner Crescent* e do *Rimland*.

Em complemento aos conceitos geopolíticos que atingem seu ápice na teoria dos “Balcãs Eurasiáticos”, em seguida, teorias militares são expostas por Korybko a partir da compreensão de que a Guerra Não Convencional se origina das Guerras de Quarta Geração. A primeira deriva da ideia dos Cinco Anéis, de John Boyd, representada por anéis concêntricos, que conceitualiza a melhor maneira de atacar um adversário. Quanto mais próximo do centro o anel atacado se situa, mais eficaz é o ataque. Esse conceito é transposto do domínio militar para o social para que sejam aplicadas campanhas de manipulação psicológica que convencem as pessoas a participarem de Revoluções Coloridas. Os anéis são determinados de acordo com os valores e composições de cada civilização e cultura. A partir disso, Liddel Hart aborda indiretamente o conceito para trazer à tona a estratégia que visa, a partir da imprevisibilidade, perturbar e driblar o *loop* OODA (Observar a situação, Orientar-se, Decidir e Agir) que caracteriza o comportamento padrão de defesa dos Estados sob ameaça. Assim, os Estados ficam desorientados e seus governantes podem

ser derrubados. Mais uma entre as teorias militares é a Teoria do Caos, que se refere à dinâmica não linear (que sintetiza as Guerras de Quarta Geração) e tira proveito da imprevisibilidade para neutralizar o *loop* OODA tornando o caos “administrado” e, então, “criativo” em meio a empreendimentos estratégicos, isto é, fazendo com que o sistema social do Estado alvejado seja subvertido (caso o governo-alvo não seja superado mesmo com essa subversão de valores em meio a um caos consumado, a etapa de Revolução Colorida é encerrada e se inicia uma Guerra Não Convencional). E a última teoria militar é a da “Liderança por trás dos panos”, que permite que os EUA terceirizem operações de desestabilização para aliados regionais enfrentarem alvos dotados de relativa paridade militar ou politicamente sensíveis para serem desafiados tradicional, direta e unilateralmente (exemplos: atuação da Turquia e da Jordânia na Síria e intervenção da Polônia no Euromaidan da Ucrânia).

Um terceiro fator que explica a teoria das Guerras Híbridas é marcado pela concepção de “Dominação de Espectro Total”. Esta noção se baseia em uma interpretação da estratégia oficial do Pentágono, que vem sendo trabalhada pelas Forças Armadas dos EUA para dominar todas as facetas dos recursos de guerra existentes. A Guerra Híbrida, então, apresenta-se como um pacote híbrido de dominação de todas as variáveis do campo de batalha que se manifesta indiretamente. Trata-se de um “caos administrado” que se concretiza para atingir objetivos da agenda da política externa dos EUA, que se mostra cada vez mais inclinada à necessidade de impedir a tendência de um possível interregno hegemônico a partir da ascensão econômica chinesa.

Interpretando a situação da República Popular da China a partir das ideias apresentadas, faz-se necessário enfatizar a existência de uma forte campanha de propagandas anti-chinesas a partir de instituições e empresas ligadas aos Estados Unidos que tentam penetrar no país para jogar a população contra o governo. Essas campanhas visam criar uma “mente de colmeia” de indivíduos que se dedicam contra o governo. Também, as constantes críticas ao governo chinês por meio de redes sociais na internet, da televisão, de rádios e da indústria cinematográfica transmitem uma figura negativa do país para isolá-lo de seus parceiros comerciais e diplomáticos e até mesmo das populações internacionais. Em meio a fortes campanhas midiáticas, mais de uma vez forças terceirizadas, entendidas como “grupos de manifestantes”, tentaram quebrar o *loop* OODA chinês. Exemplos de eventos como esse se dão com o chamado “Massacre da Paz Celestial”, as recentes manifestações em Hong Kong e, principalmente, o caso de Xinjiang. Ainda que esses manifestantes em determinados casos tenham sido violentos e tenham assassinado policiais, costumam ser retratados como “revolucionários democráticos e pacíficos” enquanto o governo é severamente criticado.

Contudo, a República Popular da China consegue se desviar de muitas dessas campanhas de desinformação e impede qualquer forma de organização terrorista que venha a tentar desestabilizar o governo. Primeiramente, pelo fato de possuir redes sociais próprias e exclusivas para chineses, isto é, substituindo o Facebook pelo Weibo, “nacionalizando” a internet, e por estabelecer dispositivos de censura às *fake news* (colocando determinados *websites* perigosos em listas negras), o Partido, em grande medida, consegue impedir que a população chinesa seja atingida por qualquer campanha midiática anti-governo. Além disso, o forte desempenho econômico chinês, os altos índices de empregabilidade, os salários crescentes e o desenvolvimento humano em ascensão no país, que caracterizam uma estrutura consistente, invalidam necessidades de rejeição à superestrutura.

3. AS NARRATIVAS MIDIÁTICAS ACERCA DE XINJIANG:

O presente tópico expõe o choque de notícias e matérias jornalísticas acerca dos campos de detenção em Xinjiang. Inicialmente, é necessário expor e analisar, a título de exemplo, uma matéria alinhada com os fundamentos estratégicos estadunidenses e que reproduz a narrativa criada por este polo de poder.

Posteriormente, em contraponto, serão expostas matérias que revisam as acusações de repressão étnica e religiosa ao povo uigur. As acusações normalmente advêm de dados e informações originadas de ONGs ligadas a Washington ou jornais de países do Ocidente também historicamente coadunados com as aspirações expansionistas de grupos liberais, atlantistas e neoconservadores. Por outro lado, os veículos jornalísticos pelos quais são publicadas as matérias que visam desconstruir a narrativa estadunidense ou são chineses ou são ocidentais mas de menor porte em relação à grande mídia e, portanto, têm pouco alcance de público, ou, ainda, constituem exceções entre um todo que majoritariamente reproduz a narrativa hegemônica que incrimina o governo chinês. A partir dos dados coletados por meio dessas fontes será exposta outra perspectiva sobre o tratamento dos muçulmanos em Xinjiang. A subseção inicial fará a exposição da narrativa fabricada por instrumentos estadunidenses e a segunda dará luz à ótica chinesa sobre o assunto a partir de fontes oficiais, da legislação chinesa e de constatações de uma realidade diferente a partir de fontes jornalísticas alternativas.

3.1 - A NARRATIVA ESTADUNIDENSE SOBRE A REALIDADE DE XINJIANG:

Como foi referido na introdução, um relatório desenvolvido pela ONG Human Rights Watch (HRW), com sede em Nova Iorque, foi um dos primeiros a serem instrumentalizados para fazer as acusações contra o governo da Região Autônoma de Xinjiang em questão neste artigo. O relatório foi publicado no site da organização em 10 de setembro de 2017 com o título “*China: Free Xinjiang ‘Political Education’ Detainees*” e com o subtítulo “*Muslim Minorities Held for Months in Unlawful Facilities*”. O relatório julga que o governo chinês deve libertar os muçulmanos em centros de educação política “ilegais” e depois fechá-los. Segundo o texto, uma quantidade ainda desconhecida de muçulmanos estaria sendo submetida nesses locais a propagandas que promovem o governo e a identidade da China após serem presos por não serem “politicamente confiáveis”, sendo, então, constantemente acusados de aderirem ao extremismo religioso. As razões para as detenções seriam obscuras, os julgamentos seriam demorados e as situações dos detentos seriam omitidas para os seus familiares. Este conjunto de argumentos formou a gênese da propaganda contra os campos de treinamento em Xinjiang (HUMAN RIGHTS WATCH, 2017).

Junto com ONGs e outros jornais ligados a Washington, a *Radio Free Asia* (RFA) é mais um veículo midiático que protagoniza a narrativa a respeito de Xinjiang. A RFA é uma empresa privada de radiodifusão internacional que transmite e publica notícias, informações e comentários *online* para leitores e ouvintes no leste da Ásia. Foi criada na década de 1990 com o objetivo de promover valores liberais na China para desgastar o apoio da população ao governo. A RFA é financiada pela *United States Agency for Global Media* (Agência dos Estados Unidos para a Mídia Global). A rádio, anteriormente, já havia existido na década de 1950 como fruto de uma operação da CIA para realizar propagandas anticomunistas, mas foi recriada e oficialmente institucionalizada anos mais tarde. Atualmente, o objetivo da RFA permanece o mesmo, embora tenha sido vinculada a uma agência do governo para agir sistematicamente. Desse modo, o veículo também atua na Coreia do Norte, no Vietnã, no Laos, no Camboja e em Burma. O próprio *website* da CIA disponibiliza para *download* um documento que explica as origens da *Radio Free Asia* (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2002).

Para dar continuidade à exposição da narrativa estadunidense sobre o que ocorre nos centros de treinamento vocacional em Xinjiang, uma matéria publicada pela RFA será citada por ser complementar à anterior. Enquanto o relatório da HRW não afirmava quantas pessoas estariam presas em Xinjiang, a matéria da RFA se dispõe a continuar o desenvolvimento da narrativa. O texto é intitulado “*Survey: Three Million, Mostly Uyghurs, in Some Form of Political ‘Re-Education’ in Xinjiang*” e foi publicado em 3 de agosto de 2018. O conteúdo é baseado em uma pesquisa que aponta que há 3 milhões de uigures sujeitos a reeducação política em Xinjiang, que possui entre 21 e 24 milhões de habitantes. A equipe da rádio usa

como guia a estimativa de que 10% dos habitantes de oito aldeias da região estão presos em campos de reeducação para, assim, estimar novamente que “possivelmente” 240 mil habitantes rurais tenham sido detidos no município de Kashgar e 660 mil em Xinjiang do Sul, totalizando, por ora, uma fração de quase um milhão de uígures. Similarmente, aplicando a estimativa de vinte por cento para habitantes ainda em liberdade mas determinados a comparecer diariamente às sessões de reeducação, a RFA conjectura que “possivelmente” estejam nessa condição 480 mil pessoas em Kashgar e 1,3 milhão em Xinjiang do Sul. E a notícia infere que os grupos que teriam realizado essa pesquisa sugeriram que os números, na realidade, podem ser ainda mais elevados pelo fato de que a pesquisa não inseriu no cálculo os habitantes urbanos nem de outras etnias. O grupo, aplicando seus resultados em uma região onde os uígures são representados por 11,3 milhões de pessoas e compõem 48,5% da população, ainda, cogitam que 30% ou 3,3 milhões de pessoas podem ter sido submetidas à reeducação, a partir da soma de cerca de 10% ou 1,1 milhão de pessoas em campos com aproximadamente 20% ou 2,2 milhões em sessões de reeducação (RFA’S UYGHUR SERVICE, 2018).

Uma sequência de estimativas se seguem e se acumulam para gerar o resultado final da pesquisa divulgada pela *Radio Free Asia*. Como resultado, obtém-se o número de mais de três milhões de uígures detentos em campos de concentração e, então, o maior número de encarceração em massa da atualidade. Entretanto, objeções à estimativa continuam a ser levantadas pelo fato de ser julgada como pouco embasada e insuficiente para fazer uma acusação de tal magnitude. Também, o objetivo da matéria visa única e exclusivamente criar uma imagem negativa do governo chinês e atinge sucesso ao ser aceita e divulgada massivamente nos maiores veículos de difusão de informação do Ocidente. Independentemente de ser desmentida por meio de checagem de dados, antes disso, esta notícia é apenas uma entre outras que já atingiram uma única meta com sucesso.

Um terceiro artigo, publicado pelo South China Morning Post e escrito por Roseann Rife, uma pesquisadora da Anistia Internacional, pode ser citado para ilustrar mais argumentos presentes na campanha anti-chinesa promovida atualmente pelo Ocidente em termos de “Guerra Híbrida”. O conteúdo foi severamente divulgado pelo World Uigur Congress (Congresso Mundial Uigur), que é financiado pelo National Endowment for Democracy (Dotação Nacional para a Democracia). O NED é uma organização estadunidense fundada em 1983 por ex-agentes da CIA, financiada pelo Congresso Americano, com o objetivo declarado de promover a propagação de democracias no exterior (ONCAN, 2019). Em geral, o texto, intitulado *“A police state in Xinjiang in which moderate voices are silenced is not what China needs to achieve stability”*, publicado em 17 de janeiro de 2018, apresenta ao leitor uma Xinjiang com campos de detenção superlotados, relata um clima de medo gerado por constantes patrulhas armadas nas ruas, bases policiais onipresentes e monitoramento de alta tecnologia e, ainda, afirma que em determinadas sub-regiões há regulamentos que proíbem o uso de véu e burca (RIFE, 2018).

O artigo em questão, contudo, concorda de maneira automática com a estimativa superficial criada pela pesquisa publicada pela *Radio Free Asia*. Também, não faz menção às razões para o alto patrulhamento e monitoramento em Xinjiang, omitindo o trauma que a região carrega após 2009. E, do mesmo modo, a autora faz menção ao banimento de burcas para argumentar que o governo chinês reprime a liberdade religiosa local. Se faz ausente, porém, a explicação de que o uso da burca é promovido principalmente pela escola ultra-conservadora Wahhabi e pela vertente fundamentalista Deobandi, estando profundamente associado ao período em que o Talibã tomou o poder no Afeganistão na década de 1990 e tornou compulsório o uso da vestimenta pelas mulheres no país. Mas a burca ainda permanece rara na maioria dos países do Oriente Médio e da África, pois o Corão não faz menção direta à burca. Ainda, após a ascensão do Boko Haram, a vestimenta passou a ser vista como sinal de risco à segurança nacional de diversos países que a baniram sem causarem repercussão midiática. Chade, Níger, Camarões, Congo, Holanda, França, Espanha, Itália, Bélgica, Áustria, Suíça e Turquia são exemplos de países que até 2017 baniram parcial ou

totalmente o uso da burca. A República Popular da China é apenas mais um país que adere à agenda internacional (SANGHANI, 2017).

Em síntese, as matérias relatadas definem Xinjiang como uma província onde os muçulmanos são sistematicamente perseguidos, sendo o cenário do maior encarceramento em massa do século e em que as liberdades religiosas são reprimidas. As referidas ONGs e empresas transnacionais ligadas a Washington são dignas de nota para a presente análise, mas não são todas. Há muitos outros atores, sendo que todos visam atingir o mesmo objetivo em um jogo de dinâmicas altamente complexas. Esta foi apenas uma breve e suficiente exposição da manifestação notável desses grupos, mas há mais suposições, boatos e *fake news* criados por estes sobre o que ocorre em Xinjiang e em outras localidades periféricas da China continental, como Hong Kong, Tibete e Taiwan.

3.2 - A NARRATIVA CHINESA SOBRE A REALIDADE DE XINJIANG:

A seguir será apresentada a perspectiva chinesa acerca da realidade da Região Autônoma de Xinjiang. Divergente das acusações que a mídia ocidental faz, a perspectiva a ser exposta estará organizada em três subtópicos. O primeiro subtópico, sustentado pela Constituição e outro documento oficial do Estado, demonstrará que os uigures e demais grupos étnicos minoritários são juridicamente protegidos e privilegiados na China. O segundo dará voz ao governador da região, corroborando as hipóteses de tratamento humanitário advindas da legislação nacional. E o último, baseado em referências jornalísticas, apresentará matérias que apresentam ao público internacional uma Xinjiang completamente diferente da que é pintada no Ocidente.

3.2.1 - ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS JURÍDICOS NACIONAIS LIGADOS AOS DIREITOS E LIBERDADES DAS MINORIAS UIGURES:

Será feita uma breve exposição sobre a política étnica chinesa baseada na Constituição da República Popular da China e em um livro branco intitulado "Política Étnica da China e Prosperidade Comum e Desenvolvimento de Todos os Grupos Étnicos" publicado em 2009 pelo Escritório de Informação do Conselho de Estado.

A Constituição da China afirma que o país é etnicamente diverso. Oficialmente, existem 55 grupos étnicos minoritários reconhecidos na China, e a Constituição da RPC estabelece seus direitos, incluindo o direito de expressão religiosa. Na China há budistas, taoístas, cristãos, judeus e, principalmente, muçulmanos. A Constituição garante proteção a esses grupos, apesar do status ateu da República Popular da China.

Na Constituição, no capítulo II, intitulado "Os direitos fundamentais e deveres dos cidadãos", o artigo 36 ordena que "os cidadãos da República Popular da China gozem de liberdade de crença religiosa" (1982). É acrescentado no artigo que nenhum órgão do Estado nem organização pública ou individual devem compelir cidadãos a acreditar ou não acreditar em qualquer religião e tampouco devem discriminar cidadãos religiosos. Além disso, o Estado protege atividades religiosas. Entretanto, ninguém deve fazer uso da religião para se engajar em atividades que podem perturbar a ordem pública, ferir a saúde de outrem ou interferir no sistema educacional do Estado.

O Conselho de Estado da República Popular da China ordena juridicamente diversos dispositivos de proteção à liberdade de crença religiosa e de combate à discriminação contra praticantes religiosos. Especialmente em Xinjiang, milhares de mesquitas funcionam, assim como

muitas escolas islâmicas permanecem protegidas e em operação. Ainda, é dado apoio governamental para publicar e traduzir livros religiosos. A solidariedade a muçulmanos dentro do Partido Comunista da China é encorajada através da participação em eventos religiosos, como o Hajj (peregrinação realizada à cidade santa de Meca pelos muçulmanos) e encontros entre oficiais e grupos religiosos, que se tornam cada vez mais comuns. Também, existem instituições que educam estudantes (majoritariamente muçulmanos) sobre o islamismo.

O Estado fornece direitos especiais aos grupos minoritários que compõem mais ou menos 8,5% da população chinesa. Constitucionalmente são protegidos contra qualquer forma de racismo ou discriminação. A inclusão social das minorias levou ao estabelecimento de políticas preferenciais para criar representação delas no governo. O Estado, então, sancionou o uso de idiomas de minorias étnicas em cortes judiciais e na mídia e, também, decretou que seus costumes devem ser respeitados.

O desenvolvimento da legislação para integração e assimilação étnica por meio da linguagem tem sido fundamental. Logo após sua fundação em 2004, a PRC liderou os esforços para padronizar a comunicação do governo com essas frações da população usando seus idiomas. Essas políticas de integração se estendem ao sistema educacional. Há escolas bilíngues que criam um desenvolvimento imersivo para crianças pertencentes a grupos étnicos minoritários aprenderem, também, o mandarim, que é a língua franca do país. Desse modo, é desenvolvida uma geração de crianças que falam seus idiomas originais em casa e, fora, na vida profissional, se comunicam em mandarim com a população han (que também habita regiões onde vivem minorias, como em Xinjiang, que abriga uigures e outros grupos étnicos).

No tocante aos direitos das minorias étnicas, ainda, esses grupos têm mais liberdade do que pessoas da etnia majoritária. Quanto à questão de planejamento familiar, casais de grupos étnicos diversos têm direito a conceber até dois filhos. Assim, a "política do filho único" não se aplica a minorias. E em regiões rurais há limites ainda menores, sendo permitidas as concepções de mais crianças. Como resultado dessas políticas públicas tem-se um aumento demográfico de minorias étnicas desde o estabelecimento da República Popular da China em 1949. A proporção de minorias em relação à etnia han também aumentou.

O Escritório do Conselho de Informação do Estado da República Popular da China (2009) afirma que o princípio da unidade étnica é primordial no país. Por isso, cuidados especiais são tomados para enfatizar sua importância. É por isso que o separatismo é um problema profundo para o governo. Um dos meios que o governo adota para evitar esses problemas se manifesta através de iniciativas de desenvolvimento econômico e social. Seus resultados se expressam através de processos de industrialização e modernização na região de Xinjiang, que vem recebendo altos investimentos estatais. Através da construção de infraestrutura, intensos investimentos e desenvolvimento comercial, as rendas de regiões do Oeste da China aumentaram a níveis celestiais crescentes até a atualidade. O percentual de crescimento econômico de Xinjiang, desse modo, supera o percentual de crescimento nacional.

3.2.2 - A DECLARAÇÃO DO GOVERNADOR DE XINJIANG:

Correspondentes do jornal chinês Xinhua entrevistaram o governador da Região Autônoma Uigur de Xinjiang, Shohrat Zakir, falando sobre contraterrorismo e sobre o programa de treinamento e educação vocacional vigente na região. Segundo o governador, desde a década de 1990 três “forças do mal” (terrorismo, extremismo e separatismo) se organizaram para realizar milhares de ataques à infraestrutura local, às propriedades nacionais, à polícia e a outros grupos étnicos da região (também muçulmanos, muitas vezes). A partir deste momento, o policiamento em Xinjiang aumentou. As cidades ao sul de Xinjiang representam a localidade mais afetada e que recebe maior atenção no combate ao terrorismo, que tem respaldo com uma lei anti-terrorismo aprovada em 2015 e que é revisada periodicamente.

Ao mesmo tempo, o governo central do país passou a realizar investimentos para aumentar o PIB da região e, consequentemente, também, o PIB per capita. Em 2017 o PIB da região cresceu 7,6% enquanto os PIBs per capita da população urbana e rural cresceram respectivamente 8,1% e 8,5%. Então, a luta contra o terrorismo foi implementada com acompanhamento de políticas de desenvolvimento social e de proteção aos direitos humanos.

Nesse sentido, um programa de educação e treinamento vocacional foi lançado para prevenir a adesão de jovens a grupos terroristas. A ideia consiste em fornecer oportunidades à juventude para impedir desvios, focando principalmente em pessoas que tenham cometido pequenos delitos às quais foram dirigidas iniciativas de assistência e educação. Os cursos oferecidos pelo programa trazem um senso de clemência, não de punição, para, de fato, reabilitar os condenados à sociedade e encaminhá-los diretamente para algum setor produtivo ao qual se identifiquem melhor. Exemplos de setores são de produção têxtil, processamento de alimentos, montagem de eletrônicos, tipografia e impressão, *e-commerce* etc. Os instrutores são treinados para respeitar os valores dos alunos ensinando-os de maneira acessível e compreensível segundo suas formações culturais, seguindo um estatuto formulado com esse intuito. Ademais, os campos de reabilitação fornecem alimentação gratuita a partir de cardápios nutritivos e compatíveis com a cultura muçulmana. Também, televisões, ar condicionado, centros esportivos, quadras etc. ficam ao dispor dos detentos.

Em suma, o programa de reabilitação implementado nas prisões de Xinjiang consiste na ideia de afastar a juventude de oportunidades que grupos terroristas antes ofereciam para de fato reabilitá-los e integrá-los a uma sociedade em desenvolvimento. O governador afirma que há reconhecimento geral das conquistas do projeto, que deve ser concluído com vistas a reduzir o extremismo islâmico com pleno respeito ao verdadeiro islamismo e a integrar a população à economia. A região, após sua revitalização social e econômica, deverá constituir uma zona de integração da “Nova Rota de Seda” (*One Belt, One Road*), de produção agrária e de desenvolvimento da indústria de turismo (FULL..., 2018).

3.2.3 - EVIDÊNCIAS DE UMA REALIDADE DIFERENTE:

Xinjiang é o lar de 13 grupos étnicos, seis religiões principais e mais de 24 milhões de cidadãos. Há cerca de 14 milhões de muçulmanos, 24.400 mesquitas e 29.000 clérigos. Durante o mês sagrado do Ramadã, muitos esforços do governo chinês são feitos para garantir o fornecimento suficiente de mercadorias a um preço razoável e garantir a segurança alimentar. A

abertura ou fechamento de um restaurante halal fica inteiramente a critério do proprietário. As mesquitas, que são capazes de fornecer serviços médicos e são equipadas com máquinas de refrigeração, oferecem refeições gratuitas e rápidas. Todos os anos são organizados voos fretados para milhares de muçulmanos irem à Meca, juntamente com médicos, *chefs*, guias turísticos, tradutores e outros funcionários para prestar os serviços necessários. Além disso, fundos especiais são alocados para reparar e renovar locais religiosos. Os representantes das comunidades religiosas gozam de plenos direitos para participar na deliberação e administração dos assuntos do Estado através de congressos populares e conferências políticas consultivas a vários níveis (QIAN, 2019).

No entanto, nos últimos anos, com uma agitação violenta que afeta o noroeste de Xinjiang, um holofote foi lançado sobre parcelas de uigures que se rebelam com o governo de Pequim. Mas os uigures, alguns dos quais anseiam por separatismo, não são a maior população muçulmana na China. A etnia hui, que também é muçulmana, é composta por um grupo de 10,5 milhões e é a segunda maior das 55 minorias étnicas oficialmente reconhecidas na China. Com o derramamento de sangue em Xinjiang aumentando, as autoridades intensificaram o policiamento da região. Mas isso não significa que Pequim esteja “restringindo o islamismo em todo o país”. De fato, a história antiga no oeste da China está repleta de batalhas entre tibetanos, uigures, hui e hans, com fronteiras e alianças mudando constantemente. Contudo, o povo da etnia hui, que também pratica o islamismo na China, é mais assimilado ao país do que determinados grupos uigures que aderiram ao extremismo islâmico (BEECH, 2019).

Nesse sentido, buscando a integração de minorias étnicas ao país, as autoridades chinesas proíbem o uso de palavras anti-islamistas. Os termos supostamente islamofóbicos inventados por internautas chineses para estigmatizar os muçulmanos foram bloqueados pelas autoridades da mídia social chinesa em meio a uma reação contra as políticas nacionais que alguns consideram excessivamente favoráveis às minorias muçulmanas. As postagens contendo frases usadas por internautas para se referir negativamente ao islamismo e para burlar a censura do discurso *online* inapropriado, como “religião verde”, não podem ser postadas por “violações das regras relacionadas a reclamações do Weibo”, que é uma das redes sociais mais populares na China. Para alcançar a unidade nacional e a estabilidade social, minorias étnicas, incluindo os povos hui e uigur, desfrutam de políticas favoráveis, inclusive recebendo pontos extras nos vestibulares da China, políticas de planejamento familiar mais brandas e assegurando uma certa proporção de cargos no governo. Embora oficialmente ateu, o Estado chinês também protege os direitos de seus residentes de praticar sua religião. O governo auxiliou 12.800 muçulmanos a realizarem a peregrinação à Meca em 2017 e fechou ruas para que os muçulmanos celebrassem o Eid al-Fitr – celebração muçulmana que marca o fim do jejum do Ramadã (GLOBAL TIMES).

Ainda, a China desenvolveu em 2018 um projeto para tirar 400 mil pessoas da extrema pobreza em Xinjiang para evitar o aumento de grupos armados locais. Um plano de erradicação da pobreza, com duração de três anos, concentra-se nos 22 municípios mais pobres da região noroeste. O governo chinês lançou uma importante operação de segurança no território de maioria muçulmana em resposta à violência que eclodiu nos últimos anos e que Pequim atribui a “separatistas” étnicos uigures (CHINA..., 2018).

Ao escrever para o jornal oficial Xinjiang Daily, o vice-diretor de publicidade estrangeira da região, Ailiti Saliyev, alegou que muçulmanos que vivem no local são “os mais felizes do mundo”

e as pessoas não devem acreditar nas mentiras espalhadas por extremistas e seus partidários ocidentais. Ailiti acrescenta ainda que os visitantes vêem isso por si mesmos quando visitam Xinjiang, subvertendo a impressão criada na mídia ocidental. Segundo o vice-diretor, os extremistas acusam injustamente o governo de tentar aniquilar a língua e cultura uigur, pois Xinjiang possui projetos de desenvolvimento humano em vigor, promove a educação bilíngue e procura banir o extremismo com medidas para garantir a segurança pública. Também, estrangeiros podem visitar facilmente Xinjiang, sem necessidade de obterem permissão especial, para constatar o que ocorre na região (BLANCHARD, 2017).

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores da China convidou diplomatas de doze países (Rússia, Indonésia, Índia, Cazaquistão, Paquistão etc.) para visitar centros de treinamento vocacional de Xinjiang no final de dezembro de 2018. As agências de notícias Reuters e TASS, nesse contexto, também visitaram a região. O Ministério, ainda, estendeu o convite à ONU. Lu Kang, o porta-voz do Ministério, afirmou que Xinjiang é uma área aberta para todos que, contudo, respeitem a legislação e a soberania chinesas. Desse modo, foi também reafirmada a necessidade de todos os atores transnacionais seguirem os princípios da Carta da ONU, que vem sendo ignorada no caso de acusações falaciosas de atentados aos direitos humanos por meio das políticas públicas regionais. Lu assegurou que falsas mensagens vêm sendo propagadas a respeito do governo de Xinjiang. O convite de visita foi concebido, entretanto, não só como uma atitude de resposta às notícias falsas, mas também como o lançamento de uma sugestão de modelo de combate ao terrorismo, pois, de fato, todos os países que enviaram representantes também enfrentam problemas de segurança nacional ligados ao terrorismo e estavam buscando recomendações de soluções (CHINA..., 2019).

Diplomatas do Paquistão e de outros países da região elogiaram a crescente paz e estabilidade na região autônoma de Xinjiang. Mumtaz Zahra Baloch, diplomata da Embaixada do Paquistão na China, acompanhou os diplomatas de outros onze países que visitaram centros de formação profissional e educacional na área. Os diplomatas afirmaram que Xinjiang está passando por uma maneira eficaz de combater o extremismo e o terrorismo, observaram que mais pessoas foram inseridas nas escolas e obtiveram empregos, e reconheceram que há esforços do governo chinês para proteger a liberdade religiosa dos uigures. As constatações dos diplomatas foram divulgadas internacionalmente (NATION).

4. CONCLUSÃO:

Observando brevemente a teoria das Guerras Híbridas e sua aplicabilidade no contexto da campanha de desinformação sobre a realidade em Xinjiang, percebe-se um profundo laço entre a tese e o caso. Há, de fato, diversas distorções e exageros sendo difundidos pelos veículos midiáticos ocidentais. Nas três notícias citadas foram identificadas informações improcedentes, enquanto os elementos responsáveis pelas matérias também, comprovadamente, possuem conexões com os Estados Unidos e seus interesses.

Conclusivamente, é válido estabelecer que a teoria das Guerras Híbridas é adequada para compreender precisamente o que ocorre atualmente em Xinjiang. Contudo, não só em Xinjiang a teoria se aplica, mas também em outras regiões da China e em países ao seu redor e em demais Estados concorrentes dos Estados Unidos dentro de um contexto de emergência de um mundo

multipolar.

Em 2019 Xinjiang ainda está sendo alvejada por notícias e matérias que visam convencer principalmente tanto o público habitante como as populações que vivem ao redor da Região Autônoma de que há algo de errado acontecendo por culpa do governo para mobilizar a população contra o Partido Comunista da China. Entretanto, após o insucesso, os holofotes foram deslocados sobre Hong Kong, que apresenta maior potencial para organizar e executar uma Revolução Colorida. Os grupos de “militantes”, agora, estão melhor organizados e em maior atividade contra o governo da região, enquanto Xinjiang desaparece gradualmente dos noticiários.

No entanto, apesar de todas as pressões por vias de Guerras Híbridas, a RPC se mantém relativamente estável. Após a consolidação da industrialização nacional, agora, o país se volta ao desenvolvimento de seu mercado doméstico e vem empreendendo profundos esforços para atingir o desenvolvimento humano e de indicadores sociais. As melhorias na estrutura impedem revoltas contra a superestrutura nacional. Enquanto isso, as expectativas de crescimento econômico se mantêm controladas. A despeito da recente redução da taxa de crescimento econômico anual, a tendência de superação da economia estadunidense pela chinesa permanece existente. Ainda, com a internet nacionalizada, a China consegue se isolar das campanhas midiáticas baseadas em *fake news*. O país já estabeleceu mecanismos para impedir contato com narrativas rivais que, indubitavelmente, visam a desestabilização do governo. Logo, o poder mantém-se estabilizado e centralmente intocado, apesar dos presentes desafios envolvendo sua periferia. Todavia, as disputas entre Estados Unidos e China estão se elevando cada vez mais, atingindo níveis dramáticos que apenas o futuro revelará até que ponto chegarão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEECH, Hannah. If China Is Anti-Islam, Why Are These Chinese Muslims Enjoying a Faith Revival?. Time, [S. I.], 5 ago. 2019. Disponível em: <https://time.com/3099950/china-muslim-hui-xinjiang-uyghur-islam/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

BLANCHARD, Ben. China official says Xinjiang's Muslims are 'happiest in world'. Reuters, Pequim, 25 ago. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-xinjiang/china-official-says-xinjiangs-muslims-are-happiest-in-world-idUSKCN1B50ID>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CAMPBELL, Charlie. Uighur Extremists Joining ISIS Poses a Security and Economic Headache for China's Xi Jinping. Time, Pequim, 21 jul. 2016. Disponível em: <https://time.com/4416585/isis-islamic-state-china-xinjiang-uyghur-xi-jinping/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Memorandum For: Special Assistant to the President; International Radio Broadcasting by Radio Free Asia, MR Case Nº 2002-49, 01/04/1953. [S. I.], 2002. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000846953.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. China: Free Xinjiang 'Political Education' Detainees. Human Rights Watch, Nova Iorque, 10 set. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2017/09/10/china-free-xinjiang-political-education-detainees>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CHINA Invites Foreign Diplomats, Agencies to Visit Xinjiang Training Centres. Sputnik News, [S. I.], 12 jan. 2019. Disponível em: <https://sptnkne.ws/k28r>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CHINA launches anti-poverty drive in restive Xinjiang. Al Jazeera, [S. I.], 18 fev. 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/02/china-launches-anti-poverty-drive-restive-xinjiang-180218150517058.html>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CIVILIANS die in China riots. Al Jazeera, [S. I.], 5 jul. 2009. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2009/07/200975175832600179.html>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CONSTITUIÇÃO de 4 de Dezembro de 1982 da República Popular da China. Revista Administração n.º 48 - Edição SAEP. Disponível em: <http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp>. Acesso em: 05 ago. 2019.

FULL transcript: Interview with Xinjiang government chief on counterterrorism, vocational education and training in Xinjiang. Xinhua, Pequim, 16 out. 2018. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2018-10/16/c_137535821.htm?fbclid=IwAR3e-3t7lZkC5s rpVc. Acesso em: 5 ago. 2019.

ESCRITÓRIO DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ESTADO DA REPÚBLICA

POPULAR DA CHINA. China's Ethnic Policy and Common Prosperity and Development of All Ethnic Groups. Pequim, 27 set. 2009. Disponível em: http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7078073.htm. Acesso em: 5 ago. 2019.

HINCKS, Joseph. Uighur Militants Reportedly Threaten China in ISIS Video. Time, [S. I.], 1 mar. 2017. Disponível em: <https://time.com/4686836/isis-video-china-uighur/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018. 174 p.

LIANG, Yu. PetroChina Xinjiang Oilfield produces over 100 million tonnes of heavy crude oil. Xinhua, Urumqi, 10 jun. 2019. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2019-06/10/c_138130933.htm. Acesso em: 5 ago. 2019.

ONCAN, Erkin. False claims: China faces a sustained campaign to malign it over Xinjiang. Global Times, [S. I.], 10 jan. 2019. Disponível em: <http://www.globaltimes.cn/content/1135360.shtml>. Acesso em: 5 ago. 2019.

PAKISTAN lauds growing peace, stability in Xinjiang. The Nation, Paquistão, 9 jan. 2019. Disponível em: <https://nation.com.pk/09-Jan-2019/pakistan-lauds-growing-peace-and-stability-in-xinjiang>. Acesso em: 5 ago. 2019.

PAULA, Guilherme Tadeu de. **Terrorismo: um conceito político**. Curitiba: Editora Crv, 2015. 164 p.

QIAN, Xiao. Xinjiang, what a wonderful place. The Jakarta Post, Jakarta, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www.thejakartapost.com/academia/2018/09/25/xinjiang-what-a-wonderful-place.html>. Acesso em: 5 ago. 2019.

RFA'S UYGHUR SERVICE. Survey: Three Million, Mostly Uyghurs, in Some Form of Political 'Re-Education' in Xinjiang. Radio Free Asia, [S. I.], 3 ago. 2018. Disponível em: <https://www.rfa.org/english/news/uyghur/millions-08032018142025.html>. Acesso em: 5 ago. 2019.

RIFE, Roseann. A police state in Xinjiang in which moderate voices are silenced is not what China needs to achieve stability. South China Morning Post, [S. I.], 17 jan. 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/comment/insight-opinion/article/2128581/police-state-xinjiang-which-moderate-voices-are-silenced-not>. Acesso em: 5 ago. 2019.

SANGHANI, Radhika. Burka bans: The countries where Muslim women can't wear veils. The Telegraph, [S. I.], 17 ago. 2017. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/women/life/burka-bans-the-countries-where-muslim-women-can-t-wear-veils/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

ZHANG, Hui. China bans anti-Islam words on social media. Global Times, [S. I.], 21 set. 2017. Disponível em: <http://www.globaltimes.cn/content/1067405.shtml>. Acesso em: 5 ago. 2019.

